

Senado aprecia com urgência projeto contra poluição das águas

Proposta do Executivo que define as ações de prevenção dos problemas decorrentes do lançamento de petróleo e outras substâncias nocivas no mar entra na pauta da convocação extraordinária por solicitação do presidente da República



AGÊNCIA O DIA

O objetivo do projeto é criar mecanismos que previnam desastres ambientais como o ocorrido na Baía de Guanabara

O projeto de lei que define as ações de prevenção e combate à poluição causada pelo lançamento, no mar e nos rios, de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas foi incluído na pauta da convocação extraordinária. A urgência para a proposta, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi solicitada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O projeto estabelece princípios a serem observados na movimentação de petróleo e outras substâncias poluentes nos portos e em águas territoriais brasileiras, para evitar a degradação do meio ambiente marítimo ou fluvial. Conforme a proposta, to-

dos os portos estarão obrigados a dispor de instalações de combate e controle da poluição da água. A matéria, que já foi apreciada pela Câmara, teve parecer favorável do senador Osmar Dias, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Osmar Dias afirmou que os reflexos de um derramamento de petróleo, como o acontecido na Baía de Guanabara, são "imensos". Além da poluição das praias e das águas, a economia é afetada com a suspensão do turismo e da pesca.

O projeto foi elaborado em 1990 por um grupo de trabalho composto de representantes de diversas áreas do governo.

PÁGINA 5

PLENÁRIO VOTA AMANHÃ REGIME CELETISTA PARA SERVIDORES

Inovação não atinge as carreiras de interesse do Estado, os atuais servidores abrangidos pelo Regime Jurídico Único e os cargos em comissão.

PÁGINA 3

FUNDO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA ESTÁ NA PAUTA DA CCJ

PÁGINA 2

Senadores votaram 1.526 matérias em três anos

Balanco mostra que, em 591 sessões realizadas de fevereiro de 1997 a dezembro de 1999, senadores apreciaram matérias importantes como as reformas administrativa e da Previdência e a limitação das medidas provisórias.

PÁGINA 4



O plenário do Senado foi palco de decisões importantes em 591 sessões realizadas em três anos

CCJ analisa amanhã nova proposta para o Fundo de Combate à Pobreza

Substitutivo de Lúcio Alcântara incorpora elementos das emendas constitucionais sugeridas por Antonio Carlos Magalhães e pela comissão parlamentar mista que estudou o assunto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve discutir amanhã o substitutivo que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou às duas propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Uma delas é do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e a outra, da comissão parlamentar mista que estudou o assunto.

O substitutivo contém partes das duas propostas, mas elimina das fontes de dinheiro do novo fundo qualquer vinculação com os atuais impostos, optando por criar adicionais sobre a CPMF e sobre o IPI. O adicional da CPMF seria de 0,08%, cobrado após 18 de junho, dia em que a alíquota da contribuição cairá dos atuais 0,38% para 0,30%. Já o adicional de IPI seria de cinco pontos percentuais e incidiria apenas sobre produtos considerados supérfluos.

Lúcio Alcântara propõe ainda que seja cobrado efetivamente o Imposto sobre

Grandes Fortunas (já previsto na Constituição), cuja arrecadação seria destinada ao Fundo de Combate à Pobreza. Além disso, o novo fundo receberia dotações orçamentárias da União e doações de empresas e pessoas físicas, podendo contar com outras fontes de receitas, a serem definidas na regulamentação do fundo.

Ao justificar a decisão de não destinar partes da atual arrecadação para o novo fundo, o senador argumenta que o governo tem feito um grande esforço de equilíbrio fiscal, condição para que a inflação seja mantida sob controle.

Assim, no entender de Alcântara, retirar dinheiro da União neste momento para constituir o Fundo de Combate à Pobreza poderia levar o Executivo a fazer cortes nas verbas destinadas atualmente à área social. "Numa situação de escassez de recursos, o que a área social ganharia de um lado perderia de outro", afirma Alcântara.

A arrecadação prevista no substitutivo seria quase R\$ 5 bilhões inferior à



Alcântara: adequação ao esforço fiscal feito pelo governo

A ORIGEM DO DINHEIRO, CONFORME O SUBSTITUTIVO	
Adicional de 0,08% da CPMF;	
Adicional de 5 pontos percentuais sobre o IPI de supérfluos;	
Regulamentação e cobrança do imposto sobre grandes fortunas;	
Dotações orçamentárias;	
Doações de pessoas físicas e empresas;	
Outras receitas a serem definidas na regulamentação do fundo.	

estabelecida pela primeira proposta, apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Lúcio Alcântara, que negociou seu substitutivo com parlamentares e com o Executivo, prevê que sua sugestão de mudança constitucional ofereceria de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões ao fundo, por ano.

A proposta de Antonio Carlos previa de R\$ 7 bilhões a R\$ 10 bilhões e a da comissão mista que estudou o assunto projetava uma arrecadação anual entre R\$ 4 bilhões e R\$ 6 bilhões.

O senador reconhece que um fundo de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões por ano será

insuficiente "para resolver por inteiro" o problema da pobreza no Brasil, mas "contribuirá para minorá-lo". O fundo receberia dinheiro até o final do ano 2010, quando seria extinto.

Em um dos artigos, o substitutivo prevê que os estados, o DF e os municípios "devem instituir fundos de combate à pobreza", usando para isso a cobrança de até dois pontos percentuais sobre o ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo após a reforma tributária. Os municípios, por sua vez, poderão usar até meio ponto percentual sobre a alíquota do ISS sobre serviços supérfluos.

Governadores podem ser convocados para discutir a "guerra fiscal"

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, a partir das 10 horas, para deliberar sobre o requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que solicita audiência pública com os governadores de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Ceará e Paraíba sobre a "guerra fiscal" entre os estados.

Na reunião, será analisada mensagem que solicita autorização do Senado para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) eleve, temporariamente, o seu limite de endividamento e possa implementar o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Tele-

comunicações e do Sistema Postal.

A CAE reúne-se novamente na quarta-feira, às 10h, para debater, em audiência pública, a participação acionária de investidores franceses na Embraer, bem como as noticiadas dificuldades no relacionamento entre a direção da empresa e a entidade representativa dos trabalhadores.

Participam do encontro o tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista; o presidente da Embraer, Maurício Botelho; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antonio Donizete Ferreira; e o representante dos trabalhadores no Conselho da Embraer, Claudemir Marques de Almeida.



Suassuna foi quem sugeriu a convocação dos governadores

Jucá propõe plebiscito sobre porte de armas

Para dar um "não definitivo às armas de fogo no Brasil", o senador Romero Jucá (PSDB-RR) propôs a realização de um referendo popular em 2002. "A proibição do porte de armas de fogo já é consenso no Congresso e no país, mas antes de banilas de vez é importante ouvir a sociedade para que a proposta atenda à maioria dos brasileiros", observou.

Jucá argumentou que qualquer proposta de limitação de armas de fogo é polêmica, por isso acredita que a proibição imediata do porte, com a previsão de referendo em 2002, daria às autoridades a oportunidade de melhorar a situação da segurança pública no país. Caso o refe-

rendo decida proibir o porte, o cidadão estará mais propenso a entregar sua arma nas delegacias, pois se sentirá mais protegido, avaliou.

Como vice-líder do PSDB, Jucá apresentará aos relatores da matéria, senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Renan Calheiros (PMDB-AL), uma segunda alternativa: proibir o porte de armas de fogo de imediato, delegando a cada estado a tarefa de disciplinar sua posse.

— Minha preocupação, ao encaminhar essas duas propostas, é tornar a legislação aceitável à maior parte dos brasileiros, evitando que ela vire letra morta, por falta de apoio da sociedade — concluiu.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em 2º turno, da "Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; e "Projeto de Câmara nº 57/99, que disciplina o regime de trabalho na administração federal
Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em 2º turno, da "Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98; e "Projeto de Resolução nº 1/2000, que autoriza a União a contratar operação de realocamento de seus créditos junto à República da Zâmbia, no montante de US\$ 20,3 milhões.
Quinta-feira
10h — Agenda em aberto
Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: "Requerimento nº 08/2000, de Ney Suassuna, solicitando a convocação dos governadores de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Ceará e Paraíba, para audiência pública sobre a chamada "guerra fiscal"; e "Mensagem nº 220/99, que solicita ao Senado autorização para o aumento temporário do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*
15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Relatório setorial referente à Área Temática III (Fazenda e Desenvolvimento) e início da discussão do relatório setorial sobre a Área V (Infra-Estrutura). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*
17h30 — Comissão de Relações Exteriores
Pauta: "Mensagem nº 66/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Valter Peçly Moreira para o cargo de representante do Brasil junto à OEA; e "Mensagem nº 65/2000, que submete o nome de Carlos Alberto Pessoa Pardellas para exercer o cargo de embaixador junto à República da Macedônia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*
Quarta-feira
10h — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Relatório setorial referente à Área III e início da discussão do relatório sobre a Área V. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Exposição de Carlos Baptista, tenente-brigadeiro-do-ar; Maurício Botelho, presidente da Embraer; Antonio Donizete Ferreira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Claudemir Marques de Almeida, representante dos trabalhadores no conselho da Embraer. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*
18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "Audiência pública para debater o desastre ambiental ocorrido recentemente na Baía de Guanabara. Participantes: Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras; David Zylbersztajn, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP); deputado Carlos Minc, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio; André Correia, secretário estadual de Meio Ambiente do Rio; e Roberto Kishinami, diretor-geral do Greenpeace do Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 13*
Quinta-feira
10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Relatório setorial referente à Área III e início da discussão do relatório sobre a Área V. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota adoção da CLT para servidores

Está na pauta de amanhã do Senado o projeto de lei da Câmara dos Deputados que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional

O Plenário do Senado deve votar amanhã o projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a maior parte dos servidores públicos. O relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP), apresentado na terça-feira passada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), manteve a redação original da Câmara e foi aprovado por unanimidade.

A proposta disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional. Caso venha a ser aprovado no plenário e sancionado, o projeto, de iniciativa da Presidência da República, reimplanta no serviço público federal o regime de emprego público regido pelas normas da CLT.

Esse tipo de vínculo empregatício foi retirado do ordenamento jurídico brasileiro desde a edição do Regime Jurídico Único dos servidores (Lei 8.112/90), mas sua retomada foi possibilitada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que instituiu a reforma administrativa. Os atuais servidores, regidos pelo RJU, não serão alcançados pelo projeto.



Romeu Tuma deu parecer favorável ao projeto, mantendo a redação aprovada pela Câmara

O relator disse que nas novas regras haverá "imparcialidade e impessoalidade nas decisões relativas à contratação de pessoal", pois permanecerá a obrigatoriedade do concurso público de provas (ou de provas e títulos).

Os servidores regidos pelas normas celetistas poderão ser dispensados no caso de terem cometido falta grave; pela acumulação ilegal de cargo, emprego ou função pública; e também pela necessidade de redução de pessoal por excesso de despesa, o que é determinado pela Lei Complementar 96/99.

Os que ingressarem no serviço público regidos pelas normas celetistas poderão, assim como os servidores estáveis, ser demitidos por insuficiência de desempenho. Neste caso, o projeto de lei aprovado na CCJ assegura ao servidor o direito de impetrar recurso com efeito suspensivo contra sua demissão.

Os cargos em comissão também escaparão ao regime da CLT.

Pelo projeto, a transformação dos cargos públicos em empregos públicos e a criação destes necessitam de leis específicas aprovadas pelo Congresso Nacional. É vedada a criação de empregos públicos por medidas provisórias. Também fica proibida a adoção de empregos públicos para os servidores públicos estáveis, aqueles que exercem carreiras exclusivas de Estado. O projeto apresentado pelo Executivo identificava essas carreiras, mas esse tópico foi retirado no texto final aprovado pelos deputados.

Proposta é mais uma etapa da reforma administrativa

Prevista em projeto a ser apreciado amanhã no Plenário, a possibilidade de contratação de funcionários públicos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — a exemplo do que ocorre com os trabalhadores da iniciativa privada — representa uma das últimas etapas do processo de regulamentação da reforma administrativa.

Inicialmente, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto que fixou normas para a demissão de servidores por excesso de despesa. Um ano e oito meses após a promulgação da emenda constitucional que estabeleceu as linhas básicas da reforma, dois pontos ainda precisam ser regulamentados: a contratação de funcionários pela CLT — que será votada amanhã — e a possibilidade de demissão de servidores públicos por insuficiência de desempenho.

Já existe um projeto tramitando no Senado destinado a regulamentar este último item, e na quarta-feira o senador Romero Jucá (PSDB-RR) deverá apresentar seu relatório



Jucá é relator do projeto que prevê a demissão de servidores por insuficiência de desempenho

rio sobre a proposta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A contratação pelo regime da CLT, caso aprovada, valerá apenas para os funcionários admitidos a partir da sanção da nova lei. Os atuais servidores continuam regidos pelo Regime Jurídico Único. Mas a eventual aprovação do projeto que tem Jucá como relator abrirá a possibilidade de que os servidores estatutários também possam ser demitidos, quando tiverem desempenho profissional considerado insuficiente.

Gastos das câmaras de vereadores serão fixados com base na população dos municípios

A proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais será votada em segundo turno na quarta-feira. O texto estabelece uma escala para o repasse de recursos do Executivo para o Legislativo que tem como base a população do município.

Hoje, esse assunto é normatizado genericamente na Constituição, que dispõe que a remuneração dos vereadores corresponderá a, no máximo, 75% da estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, e que o total dessa despesa não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do município.

O que foi aprovado em primei-

ro turno e deve ser ratificado na quarta-feira é um critério de sub-tetos para os subsídios dos vereadores, os quais, na maioria dos municípios, ganham hoje em torno de R\$ 1,5 mil, conforme avaliação do relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

No primeiro turno, essa PEC foi aprovada com 70 votos favoráveis e apenas quatro contrários. O texto votado estabelece que o total da despesa do Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita: 8% nas cidades de até 100 mil

habitantes; 7% nas cidades de até 300 mil habitantes; 6% nas cidades de até 500 mil habitantes; e 5% nas cidades com população acima de 500 mil habitantes.

Quando apresentou a proposta, em 1997, o ex-senador Esperidião Amin foi movido por contencioso ocorrido em Betim (MG), quando o prefeito insurgiu-se contra a Câmara Municipal

porque esta, para custear suas atividades, tinha reduzido as despesas com limpeza urbana de R\$ 1,7 milhão para R\$ 100 mil, destinando R\$ 1,6 milhão para sua despesa. Na votação em primeiro turno da emenda, o episódio foi lembrado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para observar que agora serão evitadas ocorrências como essa.



Jefferson Péres deu parecer favorável à emenda, já aprovada em primeiro turno

GASTOS MÁXIMOS	
Total da despesa do Legislativo Municipal (*)	
8%	da receita nas cidades de até 100 mil habitantes
7%	da receita nas cidades de até 300 mil habitantes
6%	da receita nas cidades de até 500 mil habitantes
5%	da receita nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

(*) Excluída a folha de inativos

Jucá incluirá novas funções nas carreiras de Estado

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou que incluirá entre as carreiras de Estado funções que não fazem parte da lista aprovada na Câmara. Jucá, que é relator do projeto que define essas carreiras e disciplina os critérios para avaliação de desempenho dos servidores estáveis (*ver matéria acima*), disse ter negociado a inclusão com o governo federal.

Entre os que serão incluídos estão os pesquisadores e tecnologistas das carreiras de Ciência e Tecnologia, oficiais de chancelaria, os sanitaristas, os fiscais de cadastro e tributação rural, as atividades de pesquisa, preservação e restauração do patrimônio histórico, os pesquisadores de tecnologia militar, bem como as atividades de sertanismo e indigenismo da Fundação Nacional do Índio.

Senado apreciou 1.526 matérias em três anos

Propostas importantes foram aprovadas desde a posse do presidente Antonio Carlos Magalhães, como as reformas administrativa e da Previdência e ainda medidas moralizadoras e de fortalecimento do Poder Legislativo

De fevereiro de 1997, quando assumiu a presidência da Casa o senador Antonio Carlos Magalhães, até dezembro de 1999, o Senado apreciou 1.526 matérias, em 591 sessões plenárias. Propostas de grande relevância foram aprovadas: as reformas administrativa e da Previdência, o maior acordo já assinado com o Fundo Monetário Internacional, e ainda medidas moralizadoras e de fortalecimento do Poder Legislativo, como a restrição das imunidades parlamentares e a limitação das medidas provisórias.

Nesses três anos, os senadores encaminharam à promulgação sete propostas de emenda constitucional e enviaram 13 ao exame da Câmara. Entre as emendas constitucionais aprovadas pelo Senado, está a que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, bem como as que estabelecem o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, a extinção da figura do juiz classista, e a explicitação dos poderes das CPIs.

Além destas, passaram no Senado as seguintes propostas de mudança da Constituição: manutenção da CPMF com nova alíquota de cobrança; revogação do limite de 12% para a taxa anual de juros; inclusão da moradia entre os direitos fundamentais do cidadão; estabelecimento do prazo de cinco anos para a prescrição das ações trabalhistas do meio rural;

garantia, aos remanescentes dos quilombos, do direito de propriedade das terras que ocupam; alterações da competência do STF e do STJ em matéria de *habeas corpus*; regime jurídico dos militares; e adaptação da Constituição à criação do Ministério da Defesa.

De 97 a 99, o Senado aprovou 122 acordos internacionais, 217 concessões de telecomunicações, 275 autorizações de operações de crédito. Foram sabatinadas e aprovadas 65 autoridades e 79 chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior. Registraram-se 645 projetos enviados à promulgação.

Projetos de lei de grande impacto passaram pelo Senado durante os três últimos anos, como o Código Civil, o Código de Trânsito, a regulamentação da doação de órgãos, o programa de proteção às vítimas e testemu-

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	
(de 17 de fevereiro de 1997 a 15 de dezembro de 1999)	
Propostas de emendas constitucionais enviadas à promulgação	7
Propostas de emendas constitucionais enviadas à Câmara	13
Projetos aprovados e enviados à sanção	159
Projetos aprovados e enviados à promulgação	645
Projetos aprovados e enviados à Câmara	242
Pareceres aprovados	14
Escolha de chefes de missões diplomáticas	79
Escolha de autoridades	65
Total de matérias aprovadas	1.224
Matérias enviadas ao arquivo	302
Total de matérias apreciadas	1.526

nhas, a regulamentação dos planos de saúde e as normas sobre demissão de servidores por excesso de despesa.

No total, foram aprovados 159 projetos enviados à sanção, e 242 à Câmara, entre eles, o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a obrigatoriedade do uso do nome genérico da substância no rótulo dos medicamentos, a criação dos juizados especiais, a autorização de cirurgia plástica reparadora de mama pelo SUS, e a adoção do Espanhol no ensino médio.

Outros projetos de legislação ordinária que não podem deixar de ser citados: a Lei Geral das Telecomunicações; a criação das Agências Nacionais de Petróleo e de Energia Elétrica; a tipificação da falsificação de remédios como crime hediondo; a ampliação dos casos de quebra do sigilo bancário; a instituição do serviço civil obrigatório; as normas para a demissão de servidores estáveis por excesso de despesa; a criação do Ministério da Defesa, e dos juizados especiais na Justiça Federal.

As comissões técnicas do Senado também trabalharam intensamente durante esses três anos, elaborando os pareceres das matérias submetidas ao Plenário, realizando audiências públicas, e apreciando 141 matérias em caráter terminativo, remetidas ao exame da Câmara dos Deputados.

Muitas comissões de inquérito e especiais realizaram trabalhos de grande repercussão no mesmo período, entre elas as CPIs dos Precatórios, do Judiciário e do Sistema Financeiro, e a Comissão das Obras Inacabadas.

Na convocação extraordinária, 20 propostas já foram votadas

O Plenário do Senado já aprovou vinte matérias nesta convocação extraordinária, entre elas proposta de emenda à Constituição que limita os gastos das Câmaras de Vereadores, de acordo com critérios que levam em conta o número de habitantes do município. A PEC foi votada em primeiro turno.

O Senado aprovou também a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre do ano de 2000, e a indicação de Eloi Fernandez y Fernandez, reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Foram aprovados os textos de quatro acordos internacionais: sobre a transferência de presos, com o Reino Unido da In-

glaterra e Irlanda do Norte; sobre a cooperação na pesquisa e usos do espaço para fins pacíficos, com a Rússia; para implementar dispositivos da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direito do Mar referentes à conservação dos peixes; e ainda a Convenção

Internacional Contra a Tomada de Reféns e o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, com a Argentina.

O Plenário também autorizou quatro operações de crédito externo, e aprovou voto de louvor à doutora Lúcia Willadino Braga, que recebeu título

honoris causa da Universidade de Reims, na França.

COMISSÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável a proposta de emenda constitucional sobre o pagamento de precatórios que determina parcelamento em até dez anos dos débitos provenientes de sentenças transitadas em julgado, e a projeto sobre o regime celetista para o funcionalismo público, que não atinge os servidores atuais. A CCJ também realizou audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir as propostas que pretendem proibir a venda e o porte de armas de fogo no Brasil.

A Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE) aprovou relatório do Banco Central sobre troca de títulos da dívida externa ocorrida em 25 de outubro do ano passado, e decidiu convocar o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, para esclarecer a renegociação dos títulos de Pernambuco e da cidade de São Paulo, e o presidente do BNDES, Andrea Calabi, para falar sobre a aplicação de recursos da instituição no ano passado.

A CAE também recebeu visita de grupo de parlamentares dos Estados Unidos e Canadá, da organização não-governamental Diálogo Interamericano.

Já a Comissão de Relações Exteriores deu pareceres favoráveis a quatro acordos internacionais, e a indicação de três diplomatas para postos no exterior.

Matérias aprovadas pelo Senado na convocação extraordinária

(de 5 de janeiro a 28 de janeiro de 2000)

Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Projeto aprovado e enviado à promulgação	9
Indicação de autoridade	1
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
Requerimentos aprovados	8
Total de matérias aprovadas	20

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Combate à poluição das águas será votado logo

Presidente da República pede urgência para projeto que define ações contra os danos causados por lançamento de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas. Matéria entra na pauta da convocação extraordinária

O presidente Fernando Henrique Cardoso solicitou urgência para a apreciação do projeto de lei da Câmara que define as ações de prevenção, combate e fiscalização da poluição causada por lançamento no mar e rios de petróleo, seus derivados e outras substâncias nocivas, em mensagem que chegou ao Senado na última quinta-feira. Por esse motivo, o projeto, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), entra imediatamente na pauta da convocação extraordinária.

A proposta, de autoria do Executivo, estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de petróleo e outras substâncias poluentes nos portos e em águas territoriais brasileiras, para evitar a degradação do meio ambiente marítimo ou flu-

vial. Todos os portos, de acordo com o projeto, estarão obrigados a dispor de instalações de controle e combate à poluição da água. Os terminais de navegação também devem ter planos de ação emergenciais para o combate a possíveis acidentes ambientais.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados em 1996 e recebeu parecer favorável, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Com a urgência, o projeto tem prazo de 45 dias, contados a partir de 28 de janeiro, quando foi aberto prazo de cinco dias para recebimento de emendas na CCJ.

— O projeto é da maior relevância. A imprensa nos mostra, rotineiramente, os perversos resultados da ausência de cuidados na

manipulação do petróleo e seus derivados em instalações portuárias e durante seu transporte em navios — avaliou Osmar Dias em seu parecer.

O senador pelo Paraná disse que os reflexos de um derramamento de óleo, como o acontecido há duas semanas na Baía de Guanabara, são “imensos”. Os prejuízos, afirmou, vão além da poluição das praias e do uso das águas por turistas e pescadores, atingindo a economia da região afetada.

— O projeto reconhece a fragilidade dos ecossistemas marinhos, sua importância para todas as formas de vida sobre a Terra e seu inestimável potencial para o desenvolvimento sustentável das nações. O problema requer atitudes imediatas para mitigar os avançados efeitos da degradação ambiental — afirmou.



Osmar Dias, cujo parecer favorável foi aprovado pela CAS, considera o projeto “da maior relevância”

Proposta visa reduzir vazamentos de óleo

O projeto que combate a poluição causada pelo vazamento de óleo e outras substâncias em águas sob jurisdição nacional foi elaborado por um grupo de trabalho, composto pelo governo federal em 1990, com especialistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dos antigos ministérios da Infra-Estrutura e da Marinha, da então Secretaria do Meio Ambiente e do Itamaraty.

A comissão apresentou um diagnóstico da poluição hídrica causada por petróleo e outros poluentes,

provenientes de embarcações, plataformas, portos, terminais e outras instalações. Ao final dos trabalhos, foi elaborada minuta de projeto de lei, propondo soluções do ponto de vista técnico, institucional e legal.

— A redução da descarga de óleo e outros poluentes nos recursos hídricos nacionais depende muito mais da ação política em se determinar o cumprimento de regras estabelecidas nacional e internacionalmente — afirma a exposição de motivos que acompanhou o projeto, assinada pelos ex-ministros da Marinha, Mário César Flores, e do Meio

Ambiente, José Goldemberg.

A mensagem presidencial que acompanhou o projeto, enviada pelo ex-presidente Fernando Collor, chegou ao Congresso em 1992. A proposta foi aperfeiçoada pela Câmara dos Deputados, que encaminhou a matéria ao Senado em 1996.

— O volume total de substâncias nocivas lançadas é de grande magnitude, indicando a ocorrência de grandes e graves danos aos ecossistemas litorâneos brasileiros — afirma o documento, escrito há quase dez anos.

CI analisa em audiência pública acidente na Baía de Guanabara

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza audiência pública na quarta-feira, a partir da 18h, para receber esclarecimentos e informações sobre as causas e conseqüências do vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara. Participam da audiência o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado Carlos Minc, o secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do

Rio de Janeiro, André Correia, e o diretor-geral do Greenpeace no Brasil, Roberto Kishinami.

Está programada uma segunda audiência (ainda sem data marcada), quando serão ouvidos os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, além da presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marília Marreco Cerqueira. “Precisamos saber quais são os compromissos da Petrobras com relação ao meio ambiente, porque, até hoje, a empresa funciona sem licenciamento ambiental”, afir-



Cândido é autor, junto com Marina Silva, do requerimento para a audiência pública

mou a senadora Marina Silva (PT-AC), autora, junto com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), do requerimento de realização da audiência pública.

Marina pede cautela na criação de agência para recursos hídricos

A senadora Marina Silva (PT-AC) alertou, na sexta-feira, para a necessidade de o Congresso promover audiências públicas sobre o projeto de criação da Agência Nacional de Águas (ANA), em tramitação no Senado. “O assunto é importante demais para ser decidido por burocratas vivendo dentro de ambientes fechados. A sociedade precisa participar.”

Marina disse que os senadores precisam estar alertas para o risco de criação de regras sobre utilização de recursos hídricos que possam vir a ser utilizadas para um processo de privatização do setor de saneamento no país. “É necessário estabelecer regras justas, que tratem diferentemente um pequeno produtor que utiliza pouco para sua roça ou rebanho e o grande industrial de alumínio que usa a água com abundância”, frisou.

A senadora afirmou que o Brasil não deve minimizar a importância da água somente porque detém as maiores reservas do planeta, na Amazônia. “Já temos casos de desertificação na Amazônia e seca no Pantanal, sem falar no problema secular do Nordeste, até hoje sem solução. Apesar do avanço da ciência, não existe meio de ‘fabricar’ água. A dessalinização da água do mar é um processo limitado e hoje comprometido pela crescente poluição dos mares.”

Marina disse, ainda, ter informações de que o governo gostaria de uma tramitação rápida do projeto no Senado. “A água, além de um

produto econômico, é também um bem da humanidade. Uma lei sobre esse assunto não pode ser votada de maneira atabalhoada, sem participação da sociedade, para não chegarmos à velha fórmula de leis que não pegam”, salientou.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordou com a necessidade de se promoverem audiências públicas sobre o projeto. “Mesmo na Amazônia, a água potável pode esgotar-se em função dos megaprojetos que acabam com as matas ciliares e poluem os rios”, observou.

Também em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) alertou para o fato de a água ser, antes de tudo, um bem social. Para o senador Romero Jucá (PSDB-RR), é preciso tratar a água no Brasil de uma forma integrada que possa atender, com equilíbrio, tanto a abundância da Amazônia quanto a escassez do Nordeste.



Marina diz que o assunto “é importante demais para ser decidido por burocratas”

Pesquisador dos EUA apóia projeto de Alberto Silva contra a seca

O projeto-piloto de roça resistente à seca, uma criação do senador Alberto Silva (PMDB-PI), apresentada por muitos como a redenção do semi-árido nordestino, recebeu o apoio do professor James Maguire, da Division of Infections Diseases da Harvard Medical School e da Harvard School Public, dos Estados Unidos, segundo informou o senador.

O pesquisador, que já esteve duas vezes visitando o Piauí, telefonou recentemente para o parlamentar anunciando que sua iniciativa poderá ter o aval científico de entidades americanas e poderá ser um modelo de combate à seca para o planeta.

Alberto Silva comunicou que esteve com o ministro da Agricultura, Pratin de Moraes, de quem recebeu promessa de que, tão logo seja aprovado o orçamento daque-



O senador Alberto Silva recebeu do ministro da Agricultura a promessa de investir no projeto

le órgão, serão liberadas verbas para o desenvolvimento do projeto. Ele também vem mantendo entendimentos com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que invista na implantação desse tipo de roça, com o auxílio da Embrapa.

Eduardo quer ver os estados à frente da reforma agrária

Privilegiar o apoio aos estados na execução das políticas fundiárias, em vez de atuar diretamente por meio de órgãos como o Incra, é a proposta do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) para que a União reduza os problemas agrários do país. “Creio que o Incra, em vez de ser o executor da reforma agrária, deveria ser essencialmente empresa de articulação e apoio a planos e órgãos estaduais voltados à regularização fundiária.”

Segundo Eduardo, os órgãos estaduais têm mais condições de executar as políticas fundiárias nacionais por estarem mais próximos das situações de conflito e agirem de acordo com cada realidade, enquanto o Incra, “apesar da competência e vontade política, está longe das realidades complexas que caracterizam o país”.

Para fundamentar sua proposta, o senador pelo Tocantins cita o exemplo de seu estado, onde, conforme afirma, as situações de conflito e exclusão rural têm sido extremamente diminuídas em função da ação rápida e preventiva do governo estadual.

No Tocantins, conforme relatório elaborado pelo Instituto de Terras do Estado (Itertins), foram entregues no ano passado 847 títulos



Para Eduardo Siqueira Campos, o Incra “está longe das complexas realidades do país”

de terra, abrangendo uma área de cerca de 85 mil hectares, divididos em glebas de 100 hectares. O órgão também cadastrou 147 áreas rurais, totalizando 121.241 hectares. Essas áreas, conforme o senador, serão transferidas por titulação definitiva aos pequenos produtores do estado pelo preço simbólico de R\$ 1,00.

Eduardo Siqueira Campos informa ainda que o instituto tem atuado também em áreas urbanas, como é o caso de Colinas do Tocantins, onde, informou ele, a desapropriação de 35 hectares está permitindo a implementação de vila popular para abrigar cerca de 600 famílias.

País está perdendo o respeito pelos mais velhos, diz Jefferson

Para o parlamentar, a celebração do Dia do Aposentado é “uma cruel bofetada” em milhões de brasileiros condenados à marginalização

Ao registrar a celebração do Dia do Aposentado, no último dia 24, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a data soa como uma “cruel bofetada” nos milhões de brasileiros que, ao deixarem de trabalhar por causa da idade avançada, não recebem o suficiente para comprar remédios e prover seu sustento.

— Pergunto se não se trata de ironia ou de deboche dedicar uma data aos aposentados, especialmente em um país como o Brasil, que dispensa o mais cruel dos tratamentos àqueles que pararam de trabalhar em razão da idade e aos idosos em geral. A sociedade brasileira está perdendo a cultura do respeito ao mais velho — lamentou Jefferson Péres, durante discurso na sessão plenária de sexta-feira.

O senador lembrou que, na sua infância, as famílias eram compostas por três gerações: avós, pais e filhos. Muitas vezes, observou, ha-



Jefferson: “Não é ironia dedicar uma data aos aposentados em um país como o Brasil?”

via até um bisavô ou bisavó sobrevivente. Ele acrescentou que os mais velhos eram reverenciados pela família, jamais deixavam o lar, a não ser por vontade própria, e que era impensável interná-los em um asilo, mesmo que fosse de luxo. Tomar essa atitude, segundo Jefferson Péres, marcava toda a família sob o estigma da maldade.

O respeito dispensado aos mais

velhos, acrescentou, não era apenas em seus próprios lares, mas também nas ruas, nos transportes coletivos e nas salas de espera. Quem não cedia o lugar a um velho, exemplificou o senador, era encarado como uma pessoa grosseira e mal educada.

Trechos do último livro do escritor italiano Norberto Bobbio, tratando sobre a marginalização dos velhos na sociedade atual, foram lidos pelo senador para mostrar que o problema é universal.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) opinou que os que consideram as pessoas com mais de 60 anos velhas esquecem que é nessa idade que a capacidade de discernir se amplia e a tolerância “se agiganta”. Ele citou um ditado usado no Oriente, segundo o qual quem não tem um velho em casa deve adquirir um o mais rápido possível, pois ele é fonte de sabedoria.

Roberto Requião acusa ministro de aliciar diretórios do PMDB

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou, sexta-feira, o que entende como tentativas do governo federal e, em especial, do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, de aliciar diretórios estaduais do PMDB para que rejeitem a proposta, em debate no partido, de convocação de uma convenção nacional para reavaliar o apoio da agremiação ao governo Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o parlamentar, o estatuto do PMDB prevê a convocação da convenção nacional partidária a partir da solicitação de pelo menos nove diretórios estaduais.

— Já tínhamos as assinaturas necessárias, com a adesão, por unanimidade, do diretório do Acre; mas o diretório acreano retirou essa assinatura, igualmente por unanimidade, depois da nomeação de uma deputada estadual para a superintendência do Incra no estado — afirmou Roberto Requião.

Ele disse não poder afirmar

que haveria “nexo” entre esses dois fatos. Mas acrescentou que, segundo um dirigente de diretório estadual do partido, o ministro dos Transportes estaria “providenciando alguns empregos públicos federais” para levar os membros dos diretórios do Tocantins, de Alagoas e de Rondônia a retirarem suas assinaturas do pedido de convocação da convenção partidária.

— Isso é corrupção — afirmou o parlamentar, que anunciou uma investigação em torno do tema e a intenção de levar o caso à presidência do partido, a seu Conselho de Ética e até ao Ministério Público Federal.

O senador disse ser “inaceitável e ofensivo que o ministro tente comprar essas retiradas de assinaturas”. Ele previu que o grupo de peemedebistas empenhados em convocar a convenção nacional para rediscutir o apoio do partido ao governo deverá recuperar as nove assinaturas, com a adesão do diretório de Santa Catarina. Requião observou que



Requião anunciou que levará o assunto ao Ministério Público e ao Conselho de Ética de seu partido

o PMDB catarinense decidiu solicitar o rompimento do partido com o governo, depois de promover um plebiscito em que a proposta recebeu 79% de apoio. Ele afirmou não saber por que o presidente do diretório, senador Casildo Maldaner, ainda não assinou o requerimento.

Conforme Requião, a intenção dos defensores da convocação da convenção é “rediscutir o apoio mecânico do partido a esse governo que vende e desnacionaliza o país”. No entender do parlamentar, a ação do ministro dos Transportes, que é peemedebista, está coerente com um governo que “já comprou a reeleição e a aprovação da DRU (Desvinculação de Receitas da União)”, mecanismo criado para substituir o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

Viana elogia artigo de jornalista sobre Amazônia

O senador Tião Viana (PT-AC) classificou como "obra memorável" o artigo do jornalista Lúcio Flávio Pinto, intitulado *Grandes Projetos: Cavalos de Tróia na Amazônia*, publicado na revista *Amigos da Terra - Programa Amazônia*. Para o senador, o artigo do jornalista, "profundo conhecedor dos problemas locais", trata com fidelidade os investimentos feitos em toda a região nos últimos 20 anos.

Tião Viana informou que a matéria do jornalista questiona se os chamados "grandes projetos" da Amazônia, idealizados e im-



Viana solicitou a transcrição do artigo do jornalista nos Anais

plantados ao longo da década de 70, como o Jari, trouxeram benefícios ou não para toda a região. Ele solicitou a transcrição do artigo do jornalista nos Anais do Senado.

No artigo, conforme frisou o senador, Lúcio Flávio Pinto afirma que aqueles projetos se tornaram modelos clássicos de estruturas fechadas aos interesses estrangeiros, a exemplo do ocorrido com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, ocasião em que a França financiou toda a obra e chegou a exigir que a metade das turbinas fossem construídas por indústrias francesas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h30 - Entrevista: O senador Ramez Tebet fala sobre a guerra fiscal
7h55 - Senado em Pauta
8h - Cores do Brasil: Marajó
8h30 - TV Escola - Paisagens Brasileiras: episódio: Espelho das Águas - Araruama/RJ
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil: Alagoas
9h30 - Entrevista: O senador Romeu Tuma fala sobre as novas regras no serviço público
9h55 - Senado em Pauta
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)
11h25 - Senado em Pauta
11h30 - Cidadania: O senador Roberto Requião fala sobre o processo político na Venezuela

12h25 - Senado em Pauta
12h30 - Entrevista: O senador Ramez Tebet fala sobre a guerra fiscal
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil: Espírito Santo
13h30 - Debate: O senador Gerson Camata e o embaixador da Itália, Michelangelo Jacobucci, falam sobre o Dia Nacional do Imigrante Italiano
14h25 - Senado em Pauta
14h30 - Sessão Plenária (vivo)
18h30 - Entrevista: O senador Romeu Tuma fala sobre as novas regras no serviço público
19h30 - Debate: O senador Gerson Camata e o embaixador da Itália, Michelangelo Jacobucci, falam sobre o Dia Nacional do Imigrante Italiano
20h30 - Entrevista: O senador Ramez Tebet fala sobre a guerra fiscal
21h - Jornal do Senado
21h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Patrocínio diz que pesquisas sobre febre amarela pararam

Autorização concedida à Fiocruz para experiência em animais foi suspensa após denúncia de ONG, que acusa a instituição de maus-tratos

Responsável pela produção anual de 100 milhões de doses de vacina contra a febre amarela, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) está com suas atividades de pesquisa e monitoramento de espécies animais de regiões endêmicas paralisadas, devido à suspensão temporária da licença que autorizava a instituição a capturar e criar animais para essa finalidade, informou na sexta-feira o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

A autorização, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi suspensa pelo próprio órgão federal após denúncia da organização não-governamental (ONG) "Fala Bicho", que denunciou maus-tratos a animais silvestres, como gambás e macacos, reservatórios naturais do vírus da doença.

Ao criticar o posicionamento do Ibama, Carlos Patrocínio dis-

se que a entidade está desconsiderando que "o monitoramento de espécies é importante instrumento para a identificação dos focos de infecção", no momento em que aumentam os registros de ocorrência da doença nos estados de Goiás, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os cientistas da Fiocruz, conforme o senador, viram-se frente a um dilema: "se capturam os animais, cometem crime inafiançável; se não o fazem, cometem crime contra a saúde pública". Mas a fundação, que segundo Carlos Patrocínio mantém uma comissão de ética para supervisionar as experiências de laboratório e não admite maus-tratos aos animais, requereu ao Ibama autorização para continuar suas pesquisas.

No requerimento, a fundação anexou laudo de inspeção da Polícia Federal, de procuradores da

República e de representantes de ONGs, indicando que não se confirma condição de maus-tratos aos animais e que os recintos são mantidos em condições de limpeza e higiene, além de haver fornecimento de água e alimentação necessárias ao bem-estar dos bichos, informou o senador.



Patrocínio: monitoramento de espécies é importante instrumento para a identificação dos focos

Mozarildo afirma que ONGs são uma ameaça à soberania nacional

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) advertiu na sexta-feira o governo sobre os perigos provocados pela assinatura indiscriminada de convênios com as organizações não-governamentais (ONGs), e fez um apelo ao Executivo para que reveja suas posições sobre esse assunto, especialmente em Roraima. "Não se trata de uma mera questão de estabelecer parcerias, mas de assegurar a soberania nacional na região", afirmou.

Mozarildo alertou para o perigo que representa o fortalecimento dessas ONGs na Amazônia. Segundo ele, os europeus e os norte-americanos não estão interessados na preservação das florestas por conta do buraco na camada de ozônio ou de outras causas mais nobres:

— Estão de olho é nas riquezas biológicas e minerais daquela região. E as ONGs têm sido os instrumentos de coleta de material, de pesquisa clandestina e, pior, de divulgação de denúncias que põem a soberania do Brasil sobre a região em cheque



Mozarildo acha errado as ONGs substituírem serviços públicos prestados pelo Estado

— afirmou.

Preocupado com as "verdadeiras intenções" contidas no discurso ecológico das ONGs, o senador disse que "o que eles querem fazer prevalecer na opinião internacional é que, como somos incompetentes para cuidar da Amazônia, deveríamos entregá-la aos europeus, aos norte-americanos e sei lá mais a quem".

Prosseguindo em sua denúncia contra aquelas organizações, Mozarildo disse que muitas de-

las, "ingenuamente ou malandramente", são subsidiadas por empresas interessadas na biodiversidade. Ele lembrou o caso da "Selvaviva", que oferecia conhecimentos dos índios para empresas. "Apurou-se, depois, que essa ONG era financiada por alguns dos maiores laboratórios europeus", informou.

Mozarildo reconhece, no entanto, que a atuação das ONGs não é uniforme, nem o seu relacionamento com o Estado é sempre da mesma maneira. Como exemplo positivo da atuação dessas instituições, ele citou a parceria do Ministério da Saúde com as ONGs para o programa de combate às doenças sexualmente transmissíveis.

Ele ressaltou, no entanto, que esses acordos não devem substituir a atuação do Estado:

— Não creio que a atuação das organizações não-governamentais deva se estender a ponto de substituir os serviços públicos prestados pelo Estado, seja por órgãos federais, estaduais ou municipais — concluiu.

Jonas elogia programa anunciado para a agricultura

Para senador, o Brasil Empreendedor Rural traz várias medidas favoráveis ao agronegócio. Ele destaca, entre elas, a possibilidade de o agricultor receber antecipadamente os recursos referentes à venda da sua produção

As medidas anunciadas recentemente pelo governo para incentivar a produção e a comercialização agrícola, dentro do programa Brasil Empreendedor Rural, foram elogiadas na última sexta-feira pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele fez parte, juntamente com o senador Arlindo Porto (PTB-MG), de uma comissão criada no âmbito do Ministério da Agricultura para elaborar propostas relativas ao desenvolvimento do agronegócio, boa parte delas aproveitada no programa do governo federal.

Jonas citou em seu discurso 11 medidas consideradas importantes. Entre elas, a Cédula do Produtor Rural, título criado em 1994 e que pode ser emitido por produtores rurais ou por suas cooperativas para que possam vender antecipadamente sua produção. Assim, o produtor recebe o dinheiro referente à sua safra ou seu rebanho antes que os produtos estejam em ponto de entrega, o que é uma forma de financiamento relativamente barata e segura, observou.

— Esse mecanismo criará nos produtores o hábito de negociar no mercado de futuros, com a possibilidade de aumentar o número de compradores potenciais e atrair investidores de fora do ramo do agronegócio — disse Jonas Pinheiro.

Ele mencionou também os estímulos criados à expansão do seguro agrícola privado e à internacionalização dos mercados de futuros e opções agrícolas. Com essa medida, acrescentou, investidores estrangeiros podem operar com contratos de futuros (contratos lastreados em futura safra) e de opções (contratos em que se garante a opção de compra ou venda de futura safra) em produtos agrícolas no Brasil.

Outra medida adotada pelo governo foi o incentivo à renovação da frota do maquinário agrícola, por meio da criação de linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada a tratores e colheitadeiras, a taxas de juros entre 8,75% e 10,75%, com prazos de seis a oito anos para

pagar.

Além disso, o governo vai reduzir os custos portuários, eliminando procedimentos burocráticos; dispensar os mini e os pequenos agricultores da apresentação de diversas certidões quando do registro legal de instrumentos de crédito e garantias; flexibilizar as leis de classificação de produtos vegetais e armazenagem; elevar os recursos destinados a assentamentos rurais; e ampliar o apoio tecnológico a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).

Jonas Pinheiro anunciou decisão adotada em Paris, pela Sociedade Internacional de Epizootia, aprovando o pedido do Brasil para que parte do território dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso seja classificada como “Livre da Febre Aftosa por Vacinação”. Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná já obtiveram essa classificação.

— Essa é uma importante vitória da agropecuária brasileira e facilitará a exportação da carne bovina — disse o senador.



Jonas Pinheiro prevê que os produtores irão desenvolver o hábito de operar no mercado de futuros

Para Amorim, medidas são tímidas e pouco alteram vida do produtor

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou o programa Brasil Empreendedor Rural, lançado recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa consiste em ações para estimular o plantio e aumentar a renda dos produtores rurais. Mas, para o senador, as medidas “são tímidas e mexem mais com as grandes empresas do setor do que com o produtor rural que está no campo querendo produzir”.

— O produtor agrícola brasileiro vive hoje uma guerra contra o governo, clamando por políticas definitivas que atendam às reivindicações do setor — afirmou.

O senador por Rondônia disse que uma das iniciativas mais esperadas pelos agricultores, a renovação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra de máquinas e implementos agrícolas, simplesmente não foi anunciada. Em lugar da redução, salientou, o governo preferiu divul-



Segundo o senador Ernandes Amorim, o “produtor vive hoje uma guerra contra o governo”

gar uma linha de crédito para a aquisição de tratores e colheitadeiras com juros reduzidos através do BNDES.

Ao analisar o pacote de medidas, Ernandes Amorim observou que “não existe nada de novo para a agricultura brasileira”, a não ser a

proposta de modernização da legislação agrícola vigente desde 1903, que resultará na desburocratização dos critérios para o armazenamento e classificação dos produtos agrícolas.

De resto, continuou, exceto o governo baixar os juros de 11,95% para 8,75% e 10,75%, “não vejo nada para ser anunciado como inédito”.

Ernandes Amorim ressaltou, contudo, que em boa hora o Congresso toma a iniciativa de debater reformas para a agricultura brasileira, ao discutir, em comissão mista presidida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a medida provisória que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste.

Na opinião dele, o setor não pode mais conviver com constantes alterações nas taxas de juros “praticadas pelos tecnocratas do governo, conforme prevê a MP que estamos discutindo na comissão”.

Lúcio Alcântara pede mais investimentos na cajucultura

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quer a inclusão no Plano Plurianual (PPA) de R\$ 300 milhões da União e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para viabilizar o Plano de Promoção da Cajucultura.

O programa tem como objetivo modernizar a cadeia produtiva de caju, com o intuito de dobrar a produção da fruta num período que vai de cinco a oito anos, segundo informou.

Para o senador, um patrimônio de R\$ 350 milhões já investidos pelos produtores corre o risco de ficar abandonado caso não haja investimentos em novas tecnologias para o setor.

Lúcio Alcântara lembra que o assunto foi discutido por empresários, industriais, técnicos dos governos estadual e federal, da Embrapa, e políticos de cinco estados nordestinos, que estiveram reunidos no Congresso Nacional no último dia 19.

Na reunião, disse o senador, as dificuldades do agronegócio do caju frente às potencialidades que sua exportação

representa foram expostas pelo presidente do Sincaju (Ceará), Paulo de Tarso Ferreira.

Ele observou que, com o plano de desenvolvimento, o Brasil poderá produzir até 400 mil toneladas de castanha e exportar em torno de US\$ 300 milhões no período proposto.

Alcântara disse que a reivindicação dos produtores de caju

está sendo analisada pelo relator do PPA, deputado Renato Viana (PMDB-SC), que se mostrou sensibilizado com o pleito e concordou com a realização de uma audiência pública para tratar do assunto.

Para justificar a necessidade dos investimentos na cajucultura, o

senador cearense alertou que o Brasil está perdendo competitividade em relação a países da África e da Ásia, como a Índia, que estão plantando caju “agressivamente”.

— Para se ter uma idéia da dimensão do problema, na safra 1998/1999, só funcionaram sete fábricas de castanha no Brasil e importou-se esse produto da África, beneficiando agricultores daquele continente — completou Lúcio Alcântara.



Lúcio Alcântara: Brasil está perdendo competitividade em relação à África e à Ásia